

Atas

ATA DA 63ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2016.

Às 10h, foi aberta a sessão, no Auditório Fábio Corrêa, 1º andar, do edifício Nilo Coelho, deste Tribunal, situado na rua da Aurora nº 885, na cidade do Recife, sob a presidência da Conselheira Teresa Duere. Presentes os Conselheiros João Carneiro Campos, Ranilson Ramos, e o representante do Ministério Público de Contas, junto a esta Corte, Dr. Gustavo Massa – Procurador.

EXPEDIENTE

Submetida à apreciação, a ata da sessão anterior foi aprovada, à unanimidade. Foi efetuado a devolução de vista ao Conselheiro Substituto Marcos Flávio do Processo TC. Nº 0340051-7 (Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Belo Jardim) com parecer, que foi concedido ao Procurador Cristiano Pimentel (a pedido da Procuradora Germana Laureano), em 24/05/2016.

EXCLUÍDO

Não houve

PROCESSOS PAUTADOS

RELATOR: CONSELHEIRO JOÃO CARNEIRO CAMPOS

PROCESSO PAUTADO EM LISTA T.C. Nº:

1301018-9 – ADMISSÃO DE PESSOAL REALIZADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011

A Primeira Câmara, à unanimidade, julgou LEGAIS as admissões objeto dos supracitados autos, concedendo, conseqüentemente, o registro dos respectivos atos dos servidores listados nos Anexos I e II do relatório de Auditoria.

RELATOR: CONSELHEIRO RANILSON RAMOS

PROCESSO PAUTADO EM LISTA T.C. Nº:

1508512-0 – ADMISSÃO DE PESSOAL REALIZADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2007

A Primeira Câmara, à unanimidade, julgou LEGAIS as nomeações através de Provimento Derivado, objeto dos autos, concedendo, conseqüentemente, os registros dos respectivos atos dos servidores listados no Anexo Único, dos autos.

RELATORA: CONSELHEIRA TERESA DUERE

PROCESSO PAUTADO EM LISTA T.C. Nº:

1301181-9 – ADMISSÃO DE PESSOAL REALIZADA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2006

A Primeira Câmara, à unanimidade, votou pela LEGALIDADE das nomeações através de Provimento Derivado, objeto dos autos, concedendo, conseqüentemente, o registro dos respectivos atos dos servidores listados no Anexo Único.

ROCESSO PAUTADO EM LISTA T.C. Nº:

1501439-3 – ADMISSÃO DE PESSOAL REALIZADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAUDALHO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010

A Primeira Câmara, à unanimidade, julgou LEGAIS as nomeações através de Concurso, objeto dos autos citado acima, concedendo, conseqüentemente, o registro do respectivo ato do servidor listado no Anexo Único.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, às 10h20m, a Conselheira-Presidente Teresa Duere declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, Lara Maria Bilio Araújo, Secretária da Sessão, lavrei a presente ata, que vai subscrita pela Senhora Presidente e demais membros da Primeira Câmara. Auditório Fábio Corrêa, 1º andar, edifício Nilo Coelho, em 22 de setembro de 2016. Assinados: Teresa Duere, João Carneiro Campos, Ranilson Ramos. Presente: Dr. Gustavo Massa – Procurador.

ATA DA 61ª SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2016.

Às 10h, foi aberta a Sessão no Auditório Oliveira Neto, 9º andar do edifício Dom Hélder Câmara deste Tribunal situado na rua da Aurora nº 885, na cidade do Recife, sob a presidência do Conselheiro Valdecir Pascoal. Presentes, os Conselheiros Marcos Loreto e Dirceu Rodolfo de Melo Júnior, e o representante do Ministério Público de Contas junto a esta Corte, Dr. Ricardo Alexandre de Almeida Santos – Procurador.

EXPEDIENTE

Submetida à apreciação, a Ata da Sessão anterior foi aprovada, à unanimidade.

PROCESSOS PAUTADOS

RELATOR: CONSELHEIRO MARCOS LORETO

PROCESSO PAUTADO EM LISTA TC Nº. 1506291-0 – ADMISSÃO DE PESSOAL REALIZADA NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESCADA, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014.

A Segunda Câmara, à unanimidade, julgou legais as nomeações objeto destes autos, com determinação ao gestor municipal, nos termos do Voto do Relator.

RELATOR: CONSELHEIRO VALDECIR F. PASCOAL

PROCESSO PAUTADO EM LISTA TC Nº. 1606086-6 – MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA PARA SUSTAR OS EFEITOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2016 E TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016 DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE PERNAMBUCO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016.

A Segunda Câmara, à unanimidade, deliberou arquivar os supracitados autos por perda de objeto, nos termos do Voto do Relator.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, às 10h26min, o Conselheiro-Presidente declarou encerrada a presente Sessão. E, para constar, eu, Cleide Cordeiro Rodrigues, Secretária da Sessão, lavrei a presente Ata que vai subscrita pelo Senhor Presidente e demais membros da Segunda Câmara deste Tribunal. Auditório Oliveira Neto, 9º andar, edifício Dom Hélder Câmara, em 22 de setembro de 2016. Assinados: Valdecir Pascoal, Marcos Loreto, Dirceu Rodolfo de Melo Júnior. Presente, Dr. Ricardo Alexandre de Almeida Santos – Procurador.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Setembro/2015 a Agosto/2016

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal							
ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Setembro/2015 a Agosto/2016							
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00					
DESPESAS EXECUTADAS							
Setembro/2015 a Agosto/2016							
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (Nota 1) (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Nota 1) (B)					
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	329.234.587,98	-					
- Pessoal Ativo (Nota 3)	279.666.613,30	-					
- Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota 2)	49.567.974,68	-					
- Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-					
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(51.056.754,46)	-					
- (-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	(1.488.779,78)	-					
- (-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(49.567.974,68)	-					
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I + II)	278.177.833,52	-					
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.246.298.260,01	-					
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + III b)	278.177.833,52	1,3739%					
LIMITE MÁXIMO (VI) (Incisos I, II e III, Artigo 20 da LRF)	315.842.252,87	1,5600%					
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (Parágrafo Único, Artigo 22 da LRF)	300.050.140,23	1,4820%					
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (Inciso II do § 1º do Artigo 59 da LRF)	284.258.027,58	1,4040%					
FONTE: SISTEMA E-FISCO 2015 - DADOS DEFINITIVOS							
FONTE: SISTEMA E-FISCO 2016 - DADOS PROVISÓRIOS							
UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS, DIVISÃO DE CONTROLE E ANÁLISE CONTÁBEIS							
DATA DA EMISSÃO: 26/09/2016							
HORA DA EMISSÃO: 11:40h							
NOTAS EXPLICATIVAS AO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 2º QUADRIMESTRE DE 2016							
Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:							
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;							
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, nos termos do inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.							
Nota 2: As despesas com servidores inativos e pensionistas vinculados aos órgãos filiados ao Regime de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco são pagas pelo Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAFIN.							
Nota 3: O TCE-PE e demais órgãos integrantes da Administração Pública Estadual utilizam o programa de computador denominado E-Fisco, cuja administração (sob a ótica financeira) cabe a estes órgãos. A manutenção do programa de computador (sob a ótica da informática e da estrutura conceitual dos lançamentos contábeis) cabe ao Poder Executivo do Estado de Pernambuco.							
Esse programa de computador realiza as tarefas mecânicas de um sistema de contabilidade e administração financeira de todos os poderes constituídos do Estado de Pernambuco.							
No 2º quadrimestre de 2016 encontra-se pendente de contabilização na Unidade Gestora TCE-PE o valor do reembolso da Contribuição Previdenciária Patronal do período de JAN a AGO/2016, que é objeto dos convênios para ressarcimento dos valores dos salários e contribuições previdenciárias patronais dos servidores efetivos pertencentes aos quadros do TCE-PE, que estão à disposição do Governo do Estado de Pernambuco, do Município do Recife e do Município de Paulista (CONVENIENTES).							
O efeito desse fato no 2º quadrimestre do ano de 2016 resulta na diminuição do valor da Despesa Líquida com Pessoal e na Despesa Total com Pessoal em R\$ 975.120,59 (equivalente a 0,0048%), com fundamento legal calçado no § 2º, Artigo 18 da Lei Complementar Federal 101/2000.							
O valor de R\$ 975.120,59 está contabilizado temporariamente na Unidade Gestora FUNAPE.							
Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal							
ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Setembro/2015 a Agosto/2016							
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00		R\$ 1,00		R\$ 1,00	
		Setembro/2015 a Agosto/2016	Setembro/2015 a Agosto/2016	Setembro/2015 a Agosto/2016		Setembro/2015 a Agosto/2016	
		RGF (VALORES CONFORME E-FISCO)		RGF (VALORES CONFORME E-FISCO, MODIFICADO)		DIFERENÇA	
DESPESA COM PESSOAL							
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	330.209.708,57	329.234.587,98	975.120,59		-		
- Pessoal Ativo (Nota 3)	280.641.733,89	279.666.613,30	975.120,59		-		
- Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota 2)	49.567.974,68	49.567.974,68	-		-		
- Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-		-		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(51.056.754,46)	(51.056.754,46)	-		-		
- (-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	(1.488.779,78)	(1.488.779,78)	-		-		
- (-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(49.567.974,68)	(49.567.974,68)	-		-		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I + II)	279.152.954,11	278.177.833,52	975.120,59		-		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL							
	VALOR	% SOBRE A RCL	VALOR	% SOBRE A RCL	VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.246.298.260,01		20.246.298.260,01		20.246.298.260,01		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + III b)	279.152.954,11	1,3787%	278.177.833,52	1,3739%	975.120,59	0,0048%	
LIMITE MÁXIMO (VI) (Incisos I, II e III, Artigo 20 da LRF)	315.842.252,87	1,5600%	315.842.252,87	1,5600%			
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (Parágrafo Único, Artigo 22 da LRF)	300.050.140,23	1,4820%	300.050.140,23	1,4820%			
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (Inciso II do § 1º do Artigo 59 da LRF)	284.258.027,58	1,4040%	284.258.027,58	1,4040%			
Carlos Porto de Barros Presidente do TCE-PE							
Gustavo Pimentel da Costa Pereira Diretor Geral do TCE-PE							
Isaac de Oliveira SEABRA Contador - CRC-PE 16.709 / O-5							
Maria Teresa Silva de Moura Diretora de Gestão e Governança							

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro/2015 a Agosto/2016

Tabela 11 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro 2015 a Agosto 2016

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS												TOTAL ULTIMOS 12 MESES (Nota 1) (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Nota 1) (B)
	set/2015	out/2015	nov/2015	dez/2015	jan/2016	fev/2016	mar/2016	abr/2016	mai/2016	jun/2016	jul/2016	ago/2016		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	25.165.571,86	25.775.103,86	25.478.342,08	51.850.549,74	28.028.207,15	25.992.335,76	25.750.965,17	25.705.517,07	22.575.773,28	24.756.959,11	24.866.500,46	23.288.462,44	329.234.587,98	-
Pessoal Ativo (Nota 3)	21.465.241,43	22.047.146,78	21.727.801,33	44.336.692,58	24.251.108,60	22.189.122,24	21.887.573,76	21.835.554,70	18.687.990,12	20.855.743,62	20.952.588,70	19.419.749,48	279.666.613,30	-
Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota 2)	3.700.330,43	3.727.957,10	3.750.540,75	7.513.857,18	3.777.098,55	3.793.213,52	3.863.391,41	3.869.962,37	3.887.783,16	3.901.215,49	3.913.911,76	3.868.712,96	49.567.974,68	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(3.780.075,25)	(3.814.863,83)	(3.820.067,85)	(6.474.694,22)	(3.777.118,13)	(3.793.213,52)	(3.965.089,32)	(3.932.723,51)	(3.920.544,30)	(3.933.492,65)	(3.946.188,92)	(3.868.712,96)	(51.056.754,46)	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	(79.744,82)	(86.904,73)	(69.527,10)	(960.837,04)	(19,58)	-	(101.667,91)	(62.761,14)	(62.761,14)	(32.277,16)	(32.277,16)	-	(1.488.779,78)	-
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(3.700.330,43)	(3.727.957,10)	(3.750.540,75)	(7.513.857,18)	(3.777.098,55)	(3.793.213,52)	(3.863.391,41)	(3.869.962,37)	(3.887.783,16)	(3.901.215,49)	(3.913.911,76)	(3.868.712,96)	(49.567.974,68)	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I + II)	21.385.496,61	21.960.240,03	21.658.274,23	43.376.155,52	24.251.089,02	22.199.122,24	21.785.905,85	21.772.793,56	18.625.228,98	20.823.466,46	20.920.311,54	19.419.749,48	278.177.833,52	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR		% SOBRE A RCL		VALOR		% SOBRE A RCL		VALOR		% SOBRE A RCL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.246.298.260,01		1,07%		20.246.298.260,01		1,07%		20.246.298.260,01		1,07%			
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	21.385.496,61		1,06%		21.385.496,61		1,06%		21.385.496,61		1,06%			
LIMITE MÁXIMO (VI) (Incisos I, II e III, Artigo 20 da LRF)	315.842.252,87		1,5600%		315.842.252,87		1,5600%		315.842.252,87		1,5600%			
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (Parágrafo Único, Artigo 22 da LRF)	300.050.140,23		1,4820%		300.050.140,23		1,4820%		300.050.140,23		1,4820%			
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (Inciso II do § 1º do Artigo 20 da LRF)	284.258.027,58		1,4040%		284.258.027,58		1,4040%		284.258.027,58		1,4040%			

NOTAS EXPLICATIVAS AO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 2º QUADRIMESTRE DE 2016

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, nos termos do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota 2: As despesas com servidores inativos e pensionistas vinculados aos órgãos filiados ao Regime de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco são pagas pelo Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAFIN.

Nota 3: O TCE-PE e demais órgãos integrantes da Administração Pública Estadual utilizam o programa de computador denominado E-Fisco, cuja administração (sob a ótica financeira) cabe a estes órgãos. A manutenção do programa de computador (sob a ótica da informática e da estrutura conceitual dos lançamentos contábeis) cabe ao Poder Executivo do Estado de Pernambuco.

Esse programa de computador realiza as tarefas mecânicas de um sistema de contabilidade e administração financeira de todos os poderes constituídos do Estado de Pernambuco.

No 2º quadrimestre de 2016 encontra-se pendente de contabilização na Unidade Gestora TCE-PE o valor do reembolso da Contribuição Previdenciária Patronal do período de JAN a AGO/2016, que é objeto dos convênios para ressarcimento dos valores dos salários e contribuições previdenciárias patronais dos servidores efetivos pertencentes aos quadros do TCE-PE, que estão à disposição do Governo do Estado de Pernambuco, do Município do Recife e do Município de Paulista (CONVENIENTES).

O efeito desse fato no 2º quadrimestre do ano de 2016 resulta na diminuição do valor da Despesa Líquida com Pessoal e na Despesa Total com Pessoal em R\$ 975.120,59 (equivalente a 0,0048%), com fundamento legal calcado no § 2º, Artigo 18 da Lei Complementar Federal 101/2000.

O valor de R\$ 975.120,59 está contabilizado temporariamente na Unidade Gestora FUNAPE.

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DESPESA COM PESSOAL	RCL (VALORES CONFORME E-FISCO)		CONFORME E-FISCO (MODIFICADO)		DIFERENÇA			
	VALOR	% SOBRE A RCL	VALOR	% SOBRE A RCL	VALOR	% SOBRE A RCL		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	330.209.708,57		328.234.587,98		975.120,59			
Pessoal Ativo (Nota 3)	280.641.733,89		278.666.613,30		975.120,59			
Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota 2)	49.567.974,68		49.567.974,68		-			
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-		-		-			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(51.056.754,46)		(51.056.754,46)		-			
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	(1.488.779,78)		(1.488.779,78)		-			
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(49.567.974,68)		(49.567.974,68)		-			
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I + II)	279.152.954,11		278.177.833,52		975.120,59			
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR		% SOBRE A RCL		VALOR		% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.246.298.260,01		20.246.298.260,01		20.246.298.260,01			
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	279.152.954,11	1,3787%	278.177.833,52	1,3739%	975.120,59	0,0048%		
LIMITE MÁXIMO (VI) (Incisos I, II e III, Artigo 20 da LRF)	315.842.252,87	1,5600%	315.842.252,87	1,5600%				
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (Parágrafo Único, Artigo 22 da LRF)	300.050.140,23	1,4820%	300.050.140,23	1,4820%				
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (Inciso II do § 1º do Artigo 20 da LRF)	284.258.027,58	1,4040%	284.258.027,58	1,4040%				

Carlos Porto de Barros
Presidente do TCE-PE

Gustavo Pimentel da Costa Pereira
Diretor Geral do TCE-PE

Isaac de Oliveira SEABRA
Contador - CRC-PE 16.709 / O-5

Maria Teresa Silva de Moura
Diretora de Gestão e Governança